



INTERCÂMBIO

Religiões de matriz africana e afro-brasileira no tempo presente: possibilidades e perspectivas de estudo para o campo da história

African and Afro-Brazilian religions in the present time: study possibilities and perspectives for the field of history

Monalisa Pavonne Oliveira*

Resumo: Neste trabalho, convidamos os historiadores aos estudos das religiões de matriz africana e afro-brasileira, largamente difundidos entre os profissionais das ciências sociais, pensando como possibilidade analítica a história do tempo presente e a história oral. Desse modo, trataremos as discussões sobre os estudos realizados na região Norte do Brasil, em particular o estado de Roraima. Por fim, apresentaremos um relato de experiência sobre nossos itinerários investigativos.

Palavras-chave: Religiões afro-brasileiras. Boa Vista/Roraima. História oral. Tempo presente.

Abstract: In this work, we invite historians to the studies of the religions of African and Afro-Brazilian origin, which are widely disseminated among social sciences professionals, considering the history of the present time and oral history as an analytical possibility. Thus, we will discuss the studies carried out in Brazil's Northern region, mainly in Roraima. Finally, we will present an experience report on our investigative itineraries.

Keywords: Afro-Brazilian religions. Boa Vista/Roraima. Oral History. Present Time.

Introdução

No presente artigo, vamos apresentar as mais recentes produções sobre as religiões de matriz africana e afro-brasileira em Boa Vista/Roraima entre os anos de 2008 e início de 2020, com o objetivo de estabelecer mais uma perspectiva de análise, a da “História do Tempo Presente (HTP)” (Oliveira et al., 2019, 2020).

Esta reflexão é um prolongamento dos estudos empreendidos no âmbito do Termo de Execução Descentralizada entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Roraima (IPHAN/RR) e a Universidade Federal de Roraima (UFRR), iniciado em junho de 2018 com previsão de finalização em 2020, cujo plano de execução intitula-se “História e Memória: produção do inventário participativo das comunidades de religiosidade de matriz africana e afro-brasileira mapeadas pelo IPHAN/RR entre os anos de 2016 e 2018, em Boa Vista/RR”. Este projeto resultou na realização de um

* Professora do Mestrado Profissional em História da UFRR (Boa Vista-RR) e líder do grupo de pesquisa História Colonial e Ensino de História. Doutora em História (UFJF, Juiz de Fora-MG). ORCID: 0000-0002-0091-6778 – contato: monalisapavonne@gmail.com

inventário participativo e na publicação do livro “Fé e resistência: religiões de matrizes africana e afro-brasileira em Boa Vista/RR” (Oliveira et al., 2020) em formato digital e impresso.

Desse modo, a partir das fontes produzidas pelo projeto, os relatos orais e as imagens dos adeptos das religiões e seus templos, propomos que pensemos acerca dessas religiões, sua representatividade e a sensibilidade do historiador na percepção de que há uma demanda social com relação a histórias a serem contadas, visitadas, revisitadas, reconstruídas, analisadas e interpretadas, que foram durante décadas silenciadas justamente por não ter sido contadas devido à escassez dos que se dispusessem a uma escuta atenta, particularmente por parte dos historiadores.

Esse quadro vem se alterando na Amazônia por configurar uma problemática do tempo presente que perpassa diferentes instâncias, desde as pautas étnico-raciais até as religiosas, muito embora ambas se coadunem. As pesquisas de cunho histórico têm se dedicado a diferentes balizas cronológicas na percepção de uma presença negra, seja africana ou afro-brasileira, partindo das investigações sobre o período colonial, como o trabalho inaugural de Vicente Salles “O negro no Pará” (1971), alcançando as dúvidas e questionamentos colocados no tempo presente, no qual nos inserimos.

A proposta de discussão, portanto, seria mais levantar questões em busca de caminhos analíticos do que de conclusões acerca da temática. As religiões afro-brasileiras, objeto de pesquisa há muito tempo das ciências sociais, também vêm ganhando espaço entre os historiadores. Sendo assim, a proposta deste texto consiste em observar as religiões de matriz africana e os relatos orais produzidos pelas lideranças dos templos sob o campo da história do tempo presente e identificar nos testemunhos quais as principais demandas apontadas, quais são novas ou as que persistem sem solução há mais tempo.

Longe de querer dar respostas definitivas, pretendemos que a presente discussão contribua para a horizontalização e aprofundamento das pesquisas entre os profissionais da história, evidentemente, somando-se a esforços já empreendidos por diversos profissionais. Reafirmamos, inclusive, a premência na realização de estudos que dialoguem com outras áreas do conhecimento na tentativa de enriquecer as análises.

Na segunda década dos anos 2000, sobre as religiões de matriz africana e afro-brasileira em Roraima, tivemos três dissertações de mestrado defendidas e uma encontra-se em desenvolvimento, além de três Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) de graduação. No entanto, nenhum desses trabalhos foi defendido na área de história, seja na graduação ou pós-graduação. Ou seja, estamos caminhando, mas precisamos de mais. Desse modo, sugerimos, então, outra possibilidade de análise que articule história do tempo presente e relatos orais.

Nessa direção, dividiremos o texto em três seções, sendo a primeira teórico-metodológica com breves reflexões acerca da história do tempo presente e da história oral. Em um segundo momento, apresentaremos um esforço de levantamento e revisão bibliográfica referente à produção sobre a temática nas universidades públicas da região Norte. Por último, apresentaremos nossa experiência de pesquisa que procura dialogar com os demais pontos de análise e serve como exemplo para novas perspectivas de estudo.

História do tempo presente e história oral

A história do tempo presente (HTP) foi considerada por muitos historiadores sob os auspícios do positivismo oitocentista como incongruente com o ofício do historiador, que deveria ter uma “zona de precaução” com relação ao seu objeto de pesquisa, ou seja, algum afastamento temporal. No entanto, na segunda metade do século XX, precisamente em 1978, o Instituto de História do Tempo Presente (IHTP), na França, seria responsável por afirmar a legitimidade científica desse passado, por muito tempo inexplorado em razão da “distância necessária”.

O presente poderia ser definido como uma temporalidade que está entre as memórias do passado e a expectativa do futuro. A HTP participa da tríade passado, presente e futuro, na perspectiva da efemeridade do presente que, vivido, se converte em passado, gerando novas expectativas sobre o porvir. Por fim, Bédarida (1998, p. 22, tradução nossa) diz que a “prática no IHTP tem sido a de considerar como tempo presente o tempo da experiência vivida”.

Nesse sentido, o tempo presente poderia ser caracterizado pela existência de testemunhas e memórias vivas, que têm como maior aliado metodológico a história oral, não podendo ser enquadrado em temporalidades rígidas, com marcos temporais precisos, mas levando em consideração “o passado próximo em oposição ao passado longínquo” (Bédarida, 1998, p. 22, tradução nossa). Como chama atenção o historiador francês, é fundamental pensar o passado pelo presente e o presente pelo passado; deste modo, Bédarida (1998) convoca os historiadores a se reapropriarem dessa fatia “passado”, colocando em prática uma tradição que havia sido abandonada nas mãos de profissionais de outras áreas como as ciências sociais, psicanálise, economia, entre outros. Compete também aos historiadores a interpretação da contemporaneidade, inclusive, o presente – considerado território de jornalistas de posse da “neutralidade” e “isenção”.

Algumas objeções são colocadas aos que se aventuram na HTP. A primeira seria o controle das paixões, em outro termo, da subjetividade, e a dualidade entre a carência de fontes ou para alguns objetos de pesquisa o imenso manancial de documentos a serem administrados. No primeiro caso, o “distanciamento salutar” não tem efetivamente a prerrogativa de objetividade e isenção. Para ilustrar, Bédarida (1998) cita como a comemoração do bicentenário da Revolução Francesa despertou os ânimos entre diferentes setores da população, sobretudo os historiadores. No que concerne à segunda objeção, menciona diversas possibilidades de fontes, principalmente os testemunhos recolhidos a partir da história oral, e as possibilidades de recortes a serem realizados para determinados objetos e abordagens.

Todavia, a objeção que Bédarida (1998) apresenta como plausível seria a análise e interpretação de um tempo do qual não se conhece o desfecho. Por outro lado, adverte que mesmo o passado terminado e documentado é uma construção provisória; sendo assim, o historiador deve, sim, lançar-se à análise do passado próximo e inacabado.

O historiador está imerso em seu contexto histórico, ele faz parte e isto é inevitável. Tendo isso em conta, Padrós (2004, p. 212) orienta que o historiador busque o máximo de isenção, no intuito de impedir que seus desejos e as aparências superficiais das coisas o guiem. Ao tomar certos cuidados, o presente e a coetaneidade podem

revelar sua potencialidade, afastando-se de uma “assepsia positivista” diante do objeto. Procedendo dessa maneira, o historiador deve, portanto, expor, como afirma Padrós (2012), sua orientação teórico-metodológica e até mesmo política, sempre reafirmando a seriedade e ética profissional.

A análise dos acontecimentos na simultaneidade da sua manifestação ou de um passado próximo tem como virtude a possibilidade de se recorrer aos relatos orais, e a HTP tem como uma de suas maiores aliadas a história oral, exatamente pela capacidade de exprimir o que não pode ser encontrado em outros tipos de fontes, fazendo com que a história transite e se faça presente e perceptível em diferentes meios, fazendo emergir sujeitos que foram por muito tempo negligenciados. De acordo com Portelli:

Acredito na história oral precisamente porque ela pesquisa a memória de indivíduos como um desafio a essa memória concentrada em mãos restritas e profissionais. E penso que parte de nosso desafio é o fato de que realmente encaramos a memória não apenas como preservação da informação, mas também como sinal de luta e como processo em andamento. Encaramos a memória como um fato da história; memória não apenas como um lugar onde você “recorda” a história, mas memória “como” história. Nisto é que temos trabalhado constantemente (Portelli, 2000, p. 69).

Apesar de a história oral comportar algumas especificidades com relação à sua natureza e aplicação, ela não seria responsável por constituir uma “outra história”, mas funda-se como parte da história, viabilizando novos vieses ou reafirmando outros que foram e são explorados pelos historiadores, como a história vista de baixo e o estudo das trajetórias individuais ou coletivas. Nessa direção, essa metodologia surge como uma resposta a uma nova abordagem e a um recorte teórico-metodológico, constituindo-se em muito mais do que uma simples possibilidade de fonte.

Philippe Joutard coloca que a história oral é cada vez mais reconhecida e compreendida nos meios acadêmicos. Por outro lado, dois desafios se colocam à sua maturidade: “o risco de perda de vitalidade, de banalização do real” e o de “permanecer fiel à sua inspiração inicial” (Joutard, 2000, p. 33). Este último desafio, por conseguinte, impõe, como assinala Joutard, três fidelidades: “ouvir a voz dos excluídos e dos esquecidos; trazer à luz realidades “indescritíveis”, quer dizer, aquelas que a escrita não consegue transmitir; testemunhar as situações de extremo abandono” (Joutard, 2000, p. 33). Levando em consideração a primeira fidelidade, o compromisso da história oral volta-se para os excluídos ou derrotados, destacando que cada pessoa é partícipe da história. Ao lançar luz sobre realidades “indescritíveis”, podemos conhecer, através da história oral, os meandros de um acontecimento, de uma decisão baseada no que o sujeito considera como uma melhor estratégia por ele traçada. A história oral tem a potencialidade de mergulhar nas estruturas visíveis e mostrar o universo sensível e racional que orienta as ações humanas. Sem embargo, essa abordagem não está livre de limites, como: o esquecimento e o silêncio, e as “suas deformações e seus equívocos, sua tendência para a lenda e o mito” (Joutard, 2000, p. 34).

José Carlos Meihy há quase vinte anos colocava em debate a história oral latino-americana e a necessidade da criação de fórmulas que lhe possibilitassem eleger e compreender seus objetos de pesquisa nas suas peculiaridades, sem, no entanto, abster-se de um debate internacional mais amplo, dosando a influência que as discussões

e produções estrangeiras, em especial norte-americanas e europeias, possam exercer sobre a produção da porção americana ao sul do globo; expondo o quão imprescindível é a elaboração de problematizações, abordagens e caminhos próprios, expressando sua autonomia frente a padrões estrangeiros. Essa reflexão se apresenta mais firmemente quando o autor expõe que a história oral no seu nascedouro tem muito claramente um vínculo político relacionado aos processos de redemocratização nos pós-ditaduras na América Latina. Tal fator a distingue nitidamente daquela praticada nos Estados Unidos ou na Europa, muito embora a história do tempo presente e o advento da história oral como conhecemos hoje estejam em ambos os lados do Atlântico associados a eventos traumáticos. Evidentemente, há similitudes e discrepâncias, como podemos perceber com relação a eventos traumáticos. Sem embargo, a importância de engendrar soluções específicas mantém-se como ponto a ser levado em consideração, principalmente se pensarmos como temas centrais da história oral:

a oportunidade da história oral como forma de diálogo com a sociedade mais ampla que a academia; a superação da relação 'interdisciplinar' promovida pela história oral; e, sobretudo, o caráter instrumental da história oral como portadora de denúncias sociais e formuladora de base para políticas públicas. (Meihy, 2000, pp. 84-5).

É nessa linha teórico-metodológica apresentada muito brevemente que pensamos que podem ser observadas as religiões de matriz africana e afro-brasileira, a partir do contributo do historiador através da HTP e da história oral, compartilhando o fazer historiográfico, fazendo com que a história seja também do sujeito, não apenas do meio acadêmico/científico.

Revisão bibliográfica

Nesta seção, apresentaremos uma revisão bibliográfica da produção acerca das religiões de matriz africana e afro-brasileira, principalmente os trabalhos elaborados na Universidade Federal de Roraima (UFRR), bem como um levantamento bibliográfico nas páginas eletrônicas de cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu* em história em universidades públicas da região Norte.

Iniciemos, então, por Roraima. Entre 2012 e 2019, nenhum trabalho de conclusão de curso (TCC) teve como objeto de pesquisa alguma religião de matriz africana e/ou afro-brasileira no curso de licenciatura em história da UFRR. Dentre 150 TCCs disponíveis na página eletrônica do curso (UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA, 2020a), apenas seis trabalhos defendidos a partir de 2016 abordaram temas relacionados à população negra, sendo: “Ser negro na Amazônia Colonial: adaptação e resistência no estado do Grão-Pará e Maranhão (1755-1817)” (Lima, 2015); “Pereira Barreto: Uma visão positiva para o problema da mão de obra escrava Brasileira no fim do século XIX” (Carvalho Neto, 2016); “A capoeira como agente transformador de realidade social em Boa Vista/Roraima” (Porto, 2018); “Mulheres negras e protagonismo na história: as trajetórias de Dandara e Marielle Franco a partir da literatura de cordel” (Silva, 2019); “A vestimenta e o uso de adornos dos negros e pardos livres/libertos como estratégia de distinção e ascensão social na América portuguesa entre a segunda metade do século

XVIII e início do século XIX” (Souza, 2019); e “A inserção do negro na Capitania do Rio Negro: 1755-1778” (Souza, 2019).

No curso de Licenciatura em história da Universidade Estadual de Roraima, foi defendido em 2019, por Maria Jane Lima dos Santos, o trabalho monográfico “O uso das plantas na religião do candomblé na cidade de Boa Vista: efeito medicinal, litúrgico e ritualístico”. Nesse trabalho são analisados a relação entre as propriedades medicinais das plantas como forma de tratamento para diferentes patologias e o seu uso ritual. A investigação teve como objeto de pesquisa o terreiro Abassá N’ Gola Nbantú Ngungzo, também conhecido, conforme a autora, como Casa de Força Negra Filho do Caçador, sob a liderança de Tata Bokulê. Maria Jane Santos teve a oportunidade de realizar sua pesquisa enquanto investigadora e praticante da religião no terreiro mencionado, onde é makota¹, o que permitiu uma relação mais estreita e conhecimentos aprofundados para análise, justamente por conhecer o cotidiano e as práticas ritualísticas. De acordo com a autora, em cujo trabalho a investigação e a vivência se combinam,

Essas plantas [autora elenca 17 tipos de plantas] são de grande contribuição para cada abassá, para fé, para os membros e para a sociedade que buscam no ritual litúrgico e medicinal uma tal solução de problemas. São tantas formas de utilização dessas ervas no candomblé, como banhos, defumação, ornamentação dos ambientes internos e externos, chás, xaropes, pastas das plantas e suco medicinal. Os significados dos rituais litúrgicos do candomblé são postos em adoração aos orixás, caboclos e divindades, assim alguns pressupostos são tidos como segredos e não podem ser expostos. (Santos, 2019, p. 37).

No que se refere à pós-graduação em história no Estado, no ano de 2019 foi fundado o mestrado profissional em história, também conhecido como ProfHistória, que conta com sua primeira turma no ano de 2020. Por não haver uma pós-graduação *stricto sensu* em história anterior a 2019, não temos dissertações ou teses defendidas com a temática. Além disso, como demonstrado no campo da história, mesmo em nível de graduação na UFRR, os trabalhos com a temática continuam em aberto. Os trabalhos que apresentaremos a seguir foram produzidos nos cursos de graduação e pós-graduação de diversas áreas e, em todos, observamos a utilização dos relatos orais com principal fonte.

Em trabalho de conclusão de curso intitulado “Catar Folhas... E quando cai: Trajetória de vida de uma mãe de santo de Boa Vista, RR”, Remisson W. N. Cordeiro (2018) desfia a trajetória da mãe de santo carioca Vera, desde a sua infância na capital fluminense, passando por sua chegada em Roraima, onde atuou como professora de artes e enfermeira na terra indígena yanomami. Essa experiência a marcou devido à enorme diferença entre os estados do Rio de Janeiro e Roraima com relação à paisagem e, principalmente, à população. Na ocasião, comparativamente, lhe pareceu haver um contingente populacional de negros inferior ao de sua terra natal. O texto prossegue dando destaque para atuação da mãe Vera em Boa Vista/RR, os novos aprendizados

¹ Cargo de imensa responsabilidade exercido por mulheres, zeladoras dos orixás. A particularidade é que estas mulheres não entram em transe.

adquiridos, em particular o relacionado ao Ifá². Esse trabalho defendido no curso de antropologia da UFRR, fundado em 2009, lança mão da etnografia e dos relatos orais de mãe Vera, descortinando uma trajetória individual riquíssima de uma mulher negra, carioca e mãe de santo na porção setentrional da federação.

Ainda com relação ao curso de bacharelado em antropologia da UFRR, criado em 2009, contamos com mais um TCC defendido em 2018 sobre as religiões de matriz africana, com o título “Ogã, o poder está em suas mãos: a relação dos ogãs com as entidades espirituais de duas casas de candomblé em Boa Vista, Roraima”, do discente Alexandre Pereira dos Santos. Assim como o TCC supracitado, este foi igualmente orientado pelo professor Pablo de Castro Albernaz, que vem, inclusive, desenvolvendo o projeto “Encontro de Saberes”, que, em linhas gerais, visa aproximar o saber acadêmico/científico de saberes tradicionais, como os das lideranças de religiões de matriz africana e indígenas, entre outras possibilidades.

Desse modo, o trabalho de Alexandre P. dos Santos (2018) apresenta, a partir de duas casas de candomblé localizadas na capital roraimense (Ilê Axé Fum Oya Temi e Abassá N’Bantu D’Angola Tata Bokulê) a função da figura do ogã como responsável pela conexão entre o terreno e o transcendental, por intermédio da percussão ou através de sacrifícios rituais, como ela é exercida em ambos os terreiros. Da mesma maneira que o trabalho de Cordeiro, o de Santos se vale da etnografia e, também, da observação participante, analisando como este cargo se articula na dinâmica organizacional da religião. Como incremento, o trabalho trouxe uma novidade bastante interessante para os estudos das casas de candomblé, que é o fato de o cargo de ogã ser exercido por uma mulher, sendo que comumente o cargo é ocupado por homens, no Ilê Axé Fum Oya Temi, de acordo com o pesquisador, o único registrado em Boa Vista (Santos, 2018).

No que se refere ao curso de pós-graduação em antropologia social em nível de mestrado na UFRR, criado em 2015, que atualmente conta com quinze dissertações defendidas entre 2018 e 2019, não encontramos nenhum trabalho que tenha como tema central as religiões de matriz africana e afro-brasileira. No entanto, constatamos uma dissertação voltada para a discussão de temas relacionados especificamente à população negra: “Reviravolta Identitária: um estudo sobre o processo de reconhecimento étnico de Bastiões, Iracema-CE”, de José da Guia Marques (2019).

No curso de bacharelado em Ciências Sociais, também da UFRR, criado em 1993, arrolamos 110 monografias de graduação entre 1996 e 2019 (Universidade Federal de Roraima, 2020b), dentre as quais contabilizamos dois trabalhos relacionados à discussão de problemáticas associadas à população negra. No ano de 2010, temos o trabalho de Ana Filomena Barroso Braga, “Identidade afro-brasileira a partir da transmissão oral dos mestres de capoeira de Boa Vista, Roraima”. O segundo, diretamente ligado à temática que estamos discutindo, é o TCC de Günter Bayerl Padilha, de 2008.

Em seu TCC, Günter B. Padilha se dedicou ao esforço de mapear os templos de candomblé e umbanda na cidade de Boa Vista, chamando a atenção para a diversidade religiosa que a cidade comporta, muito embora estas vivências sejam obscurecidas e

2 Ifá é um oráculo africano. Um sistema divinatório que se desenvolveu na África Ocidental

invisibilizadas. Padilha, em sua busca, atentou-se para um sinal específico, a presença de uma bandeira branca no alto, que indica a existência de uma casa de religião de matriz africana, a bandeira de Oxalá³. No seu percurso por diferentes bairros da cidade, Padilha encontrou 21 terreiros em pesquisa de campo realizada entre outubro de 2006 e março de 2007. Em contraponto, em uma notícia veiculada pela revista Exame em 2013, a capital roraimense figurava entre as capitais com o maior percentual de evangélicos no Brasil, ocupando a quinta posição, com 32,09%⁴.

Nesse contexto, podemos afirmar que 21 terreiros é um número bastante significativo, principalmente se levarmos em consideração três fatores: em primeiro lugar, de acordo com o senso comum, acredita-se que as religiões de matriz africana e afro-brasileira sejam fenômenos de regiões como o estado da Bahia, Maranhão e Rio de Janeiro; em segundo lugar, a baixa densidade populacional do estado de Roraima⁵; e, por último, a subnotificação muito comum entre alguns praticantes ou simpatizantes das religiões de matriz africana que se autodeclararam católicos ou espíritas, no intuito de se resguardar de possíveis atos discriminatórios. O levantamento realizado por Padilha lança luz sobre a vivência da cultura e herança negra na Amazônia.

Lívia Lima Rezende observou em seu artigo “Pretos-Velhos: o sagrado e o mágico na encruzilhada das religiões”, sobre os terreiros de umbanda em São João Del Rey/MG, uma justaposição ou sobreposição no que tange à autodeclaração de práticas religiosas. Essas autodeclarações variavam entre católica, espírita e umbandista, e podiam se combinar horizontalmente e/ou hierarquicamente. Nessa perspectiva, essas maneiras de autodeclaração podem revelar a crença em mais de uma religião ou, como estamos pontuando, uma tentativa de autoproteção frente às perseguições às religiões de matriz africana e afro-brasileira que ainda são uma realidade em nosso país.

No que toca aos trabalhos de pós-graduação, tivemos acesso a três dissertações. Como mencionamos, nenhum dos trabalhos foi defendido na área de história por não haver pós-graduação *stricto sensu* em história anteriormente ao ano de 2019. Esperamos que, mesmo dentro do âmbito do mestrado profissional em história, esse tema possa suscitar interesse entre os discentes.

A dissertação de Cristina Nascimento Oliveira, “Discursos do Sagrado: o uso estratégico da linguagem em práticas do candomblé”, defendida no curso de pós-graduação em Letras da UFRR em 2012, analisa as práticas ritualísticas de iniciação ao candomblé na casa de matriz Jeje-nagô Ilê Axé Obá D’Alaguinã. A pesquisadora empreendeu sua investigação partindo de visitas semanais à casa, acompanhando com proximidade o cotidiano e as práticas ritualísticas que são desenvolvidas durante o ano. A frequência com a qual a investigadora se fez presente no espaço que constituiu o seu objeto de pesquisa tornou-se fundamental para o estabelecimento de contatos mais estreitos que viabilizaram o trabalho de campo.

3 Oxalá é um orixá considerado uma das divindades mais importantes do panteão africano.

4 “Evangélicos: 32,09% (82.624 mil pessoas), católicos: 46,96%, espíritas: 3,62%, umbanda e candomblé: 0,15%, outras 4,27%, sem religião: 14,89%”. Cf. PRATES, Marcos. As capitais mais (e menos) evangélicas do Brasil (Prates, 2013).

5 População no último censo [2010]: 450.479 habitantes; densidade demográfica: 2,01 hab/km². (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010).

Nessa direção, Cristina N. Oliveira utilizou-se de relatos orais de três iniciados, cujas iniciações, foco de sua pesquisa, teve a oportunidade de acompanhar junto com a liderança da casa, a mãe de santo Adansan Yatylyssalefan, e, em uma perspectiva genealógica, visitou o terreiro Abassá Afro-Brasileiro Lego Xapaná, em Belém do Pará, onde a mãe Adansan Yatylyssalefan fez a sua iniciação; por consequência, entrevistou o responsável por esta iniciação, o babalorixá Dayko Urubitauá, também conhecido como Orlando Bassú.

Para além dos relatos orais utilizados na pesquisa, os caminhos percorridos pela investigadora merecem destaque, como as visitas a sete casas de santo em Salvador na Bahia, desde os mais conhecidos do grande público, como o Terreiro do Gantois, até outros menores, bem como sua estadia no terreiro Abassá Afro-Brasileiro Lego Xapaná, em Belém/PA, e a ida a São Luís/MA, onde o pai de santo Orlando Bassú foi iniciado. Desse modo, Cristina Oliveira conseguiu traçar e apresentar aos leitores, em um trabalho riquíssimo e sensível, quatro gerações de filhos e pais de santo iniciados no candomblé, e a força da ancestralidade que constitui o elemento central desta religião. Como conclui a autora: “o candomblé, uma religião que não tem como base um livro escrito, não impede de ter o conhecimento inscrito na memória do tempo, no saber dos ancestrais, nos segredos dos orixás, no ventre da terra” (Oliveira, 2012, p. 84).

Permanecendo em uma linha cronológica na apresentação da bibliografia produzida sobre as religiões de matriz africana e afro-brasileira em Roraima, em 2013, foi defendida na Pós-Graduação em Ciências da Saúde da UFRR, por Kristiane Alves Araújo, a dissertação: “Concepção de saúde-doença-cuidado relacionada às práticas do candomblé em Boa Vista”. Kristiane Araújo, através da observação participante, da etnografia e da realização de entrevistas semiestruturadas, em intenso diálogo com a antropologia, se concentrou em deslindar as práticas terapêuticas que envolvem a saúde, doença e atendimento em uma instituição de matriz religiosa afro-brasileira, mais precisamente o candomblé, levada adiante pelo pai de santo Dofono de Oxum no terreiro de nação Ketu Ilê Axé Yeye Olomin Olá, na periferia de Boa de Vista. Além das visitas sistemáticas a essa casa em específico, a investigadora empreendeu sua pesquisa de campo em mais três terreiros: Ilê Axé Obá Agodô, Iwo-Lé Dá Ori Ti-Niti Olorum e no Abassá N’Bantu D’Angola. A pesquisadora lançou mão de entrevistas com pais e mães de santo, bem como com os filhos e as pessoas que buscavam processos de cura, e trilhou itinerários terapêuticos que associam fé, religião e saberes ancestrais, analisando os processos que abrangem o diagnóstico, a concepção da doença e o tratamento.

Kristiane Araújo verificou que, dentre as diferentes patologias, algumas se evidenciavam, como: a depressão, dermatite e o alcoolismo. Em seu percurso investigativo, Kristiane Araújo chama a atenção para a importância de uma formação mais humanizada nos cursos da área da saúde, para que se possa levar em consideração os aspectos socioculturais dos pacientes, que doentes encontram-se fragilizados, além de um diálogo com as diferentes instâncias que propiciam tratamento, em uma perspectiva que as observe horizontalmente, reconhecendo as contribuições que podem oferecer. Evitando, assim, julgamentos de senso comum, muitas vezes preconceituosos com relação aos que praticam e os que buscam tratamento, estes em grande parte das vezes movidos, para além da questão da fé, por razões socioeconômicas.

Por último, tendo a consciência de que possivelmente alguns trabalhos sobre a temática nos escaparam, citamos aqui o Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF), também da UFRR, criado em 2012, com 81 dissertações defendidas entre 2014 e 2019, entre as quais identificamos seis trabalhos (Braga, 2015; Cruz, 2017; Lima, 2018; Lourenço, 2016; Santos, 2019; Targino, 2018) que trataram de temas relacionados à população negra e/ou afrodescendente. O que nos interessa aqui é o trabalho de David Dantas Targino, “‘É assim que se aprende no santo...’ Uma análise sobre transmissão de conhecimentos no terreiro de matriz afro-brasileira Ylê Axé Yapa Omim Ladê em Boa Vista - RR” (2018).

Targino, formado em história pela UFRR, empreende sua pesquisa a partir da história oral, ou seja, apesar de o programa de pós-graduação não ser em história, mas interdisciplinar – o que confere uma riqueza e visão holística da temática –, este trabalho, para a discussão que aqui viemos travando, tem como contributo o olhar do historiador para o estudo das religiões afro-brasileiras. Em outros termos, evidenciamos ao longo do texto que essa temática desperta interesse de pesquisadores de diversas áreas, e em menor número entre os historiadores. Desse modo, propomos como possibilidade analítica e metodológica a história do tempo presente e a história oral como caminhos para a realização de estudos sobre as religiões afro-brasileiras sem prescindir da interlocução com outras áreas do saber. O objetivo do nosso trabalho é, a partir da exposição de questões teórico-metodológicas e da revisão bibliográfica, convidar o historiador a participar desse tipo de análise, colaborando para o adensamento das reflexões e análises.

Sendo assim, a partir da história oral, que engloba o contato e a observação, Targino (2018) desvela os processos de transmissão de conhecimentos em um terreiro onde convivem o Candomblé e a Umbanda, o Ylê Axé Yapá Omim Ladê, de nação Ketu, sob a direção do babalorixá Mário de Oxum, valorizando a oralidade, elemento basilar da religião, como instrumento de hierarquização, agregação e, principalmente, de formação. A pesquisa se debruçou sobre seis entrevistas que sublinham as histórias de vida dos iniciados sob os cuidados de pai Mário. O terreiro analisado é considerado um dos mais antigos de Boa Vista, formador de inúmeros pais e mães de santo, e mesmo depois de mais de três décadas, permanece com muita força e vitalidade.

No que concerne aos cursos de pós-graduação acadêmicos e profissionais em nível de mestrado e doutorado em história na região Norte, tivemos acesso aos títulos das dissertações de mestrado defendidas na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal do Pará (UFPA), e Universidade Federal do Tocantins (UFT). Sobre os trabalhos de conclusão de curso nas graduações em história, a busca foi um pouco mais dificultosa, porque não são todas as universidades que disponibilizam a versão digital dos TCCs defendidos em suas páginas eletrônicas, ou seja, essa busca, de nossa parte neste e em outros meios, continua em aberto.

Voltemos, então, às pós-graduações. No mestrado em história da UFAM, tivemos acesso aos títulos dos projetos de pesquisa e as previsões de defesa das dissertações das turmas de 2011 a 2014 (Universidade Federal do Amazonas, 2020). Sendo assim, os títulos dos trabalhos defendidos ou com previsão de defesa entre os anos de 2013 e 2019 somam 112 e, deste total, apenas um projeto discute ou discutiu alguma questão relacionada às religiões afro-brasileiras, que é o projeto “História e memórias das

afrorreligiões em Parintins - AM: a trajetória de Pai Daniel entre a Cabana Preto Velho e o Centro Espírita São Cosme e Damião (1969-1983)”, desenvolvido pela mestrandia Marcia Gabrielle Ribeiro Silva. O doutorado em história, por sua vez, iniciou as atividades em 2018, e por isso ainda não conta com teses defendidas.

No caso da Universidade Federal do Pará (2020), o mestrado acadêmico em história, criado em 2004, conta com 166 dissertações concluídas, das quais somente uma analisa a temática religião de matriz afro, intitulada “O Candomblé no Amapá: história, memória, imigração e hibridismo cultural” (2008), de Decleoma Lobato Pereira. Entre os trabalhos do mestrado profissional em história (ProfHistória) disponíveis na página do programa referentes ao ano de 2019 (Universidade Federal do Pará, 2020), temos oito dissertações concluídas, e nenhuma delas se refere à temática que estamos trabalhando. Finalmente, com relação ao doutorado aprovado em 2010, com ingresso da primeira turma em 2011, temos 38 teses finalizadas entre os anos de 2014 e 2019 e, deste universo, nenhum trabalho voltou sua atenção para as religiões de matriz africana e afro-brasileira.

Não obstante reconheça-se que, provavelmente, tal temática possa ser exitosamente desenvolvida em programas de pós-graduação de outras áreas disciplinares ou interdisciplinares, pensamos que, sim, a história e o olhar do historiador têm muito a contribuir na reflexão sobre as religiões de matriz africana e afro-brasileira em diversos recortes cronológicos. No nosso caso, estamos chamando a atenção para os estudos de um passado próximo que ainda se faz presente, a partir da história do tempo presente conferindo historicidade e densidade à análise.

No estudo que empreendemos na cidade de Boa Vista/RR, com a participação de onze casas e suas lideranças, pudemos perceber que cinco pais e mães de santos foram iniciados no Pará: três em Belém, um em Santarém e uma em Marabá. No Estado do Amazonas foram cinco iniciados, todos em Manaus. A única exceção é uma mãe de santo nascida no Piauí (Oliveira et al., 2020). Ou seja, é patente a relevância das religiões afro para ambos os Estados, que seguem à espera, também, do olhar do historiador. Em outras palavras, estamos frisando a existência de caminhos que também podem ser percorridos pelo historiador com relação aos estudos das religiões de matriz africana e afro-brasileira que podem auxiliar no esclarecimento da herança sociocultural negra nos estados da região Norte.

O último panorama desta revisão bibliográfica é sobre a Universidade Federal do Tocantins (UFT), que dispõe de um mestrado profissional em história, ProfHistória. As dissertações disponíveis na página do PPGH finalizadas entre 2016 e 2018, ao todo 18, tampouco lançam luz sobre a temática.

No ano de 2019, assistimos à aprovação de alguns ProfHistória no Norte, como na UFRR e na Universidade Federal do Acre (UFAC), e nos últimos três anos, à criação de mestrados acadêmicos, como: Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), que podem colaborar iluminando a temática com novos objetos, fontes e análises teórico-metodológicas.

Experiência de pesquisa em Boa Vista, Roraima

Nesta última seção, pretendemos fazer um relato de experiência de pesquisa, lançando luz sobre um projeto pioneiro que tenciona contribuir para a visibilização e valorização das comunidades de religião de matriz africana e afro-brasileira no estado de Roraima, mais especificamente em Boa Vista.

Este relato compõe um projeto maior desenvolvido a partir do Termo de Execução Descentralizada entre Instituto do Patrimônio Artístico Nacional, superintendência de Roraima (IPHAN/RR), instituição de origem dos recursos financeiros, e a UFRR, instituição executora das atividades referentes ao projeto.

O projeto inicial tem como título “História e Memória...”, elaborado pela antropóloga do IPHAN/RR responsável pela seção de bens imateriais, Larissa Maria de Almeida Guimarães. Os objetivos consistem na elaboração de um inventário participativo dos bens culturais das comunidades de religiões de matriz africana e afro-brasileira, mais especificamente candomblé e umbanda, e na produção de uma publicação acerca da fundação das casas, terreiros ou templos e suas trajetórias na cidade de Boa Vista.

As casas participantes do projeto são onze. Tais casas fizeram parte de um primeiro mapeamento realizado pelo IPHAN/RR, pelo mestrando Jefferson Dias – no âmbito do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio, cuja dissertação está em fase de finalização –, quando foram mapeadas dezesseis casas tradicionais. O mapeamento foi realizado a partir de um questionário com perguntas objetivas, composto de oito seções, com 142 perguntas.

Para ter uma noção das informações que abrangem os questionários, vejamos as partes I e II. Parte I - Localização da casa tradicional de matriz africana: nome, município, estado, endereço, bairro, pontos de referência, telefone, e-mail, meios de transporte e trajetos para a chegada (ônibus, metrô, trem, mototáxi, bicicleta etc.); coordenadas geográficas (latitude e longitude); se a casa está localizada em: zona rural, urbana ou região metropolitana; se está inserida em comunidade quilombola, comunidades tradicionais (indígenas, pescadores, marisqueiros, ribeirinhos, entre outros); se há página na internet (sites, blogs, redes sociais etc.). Parte II - Informações da Liderança Tradicional de Matriz Africana: nome completo, como é mais conhecido (a), se tem nome tradicional, informação sobre a linhagem filial dentro da tradição, qual cargo, como se autodeclara (branco, preto, pardo, amarelo, indígena, NN/NR), escolaridade, se reside no território da casa tradicional, se tem outra ocupação para além do cargo na casa tradicional, renda mensal aproximada, se é beneficiário de algum programa social. Ainda nesta segunda parte há o item “sexo”, que o pesquisador deve preencher sem perguntar ao interlocutor. Este último item nomeadamente nos pareceu um pouco impositivo por desconsiderar as questões LGBTQ+, sobretudo pelo acolhimento que os terreiros oferecem à esta comunidade. Aqui vale mencionar que no terreiro Ilê Asé Yewalê Bemy Ti’Yemonja, sob direção de Delmiro José Carvalho Freitas, foi iniciada uma mulher trans em outubro de 2019, cuja celebração tive a oportunidade de assistir.

Tendo como ponto de partida a realização do mapeamento, procedemos à elaboração do inventário participativo e da produção da publicação sobre a história das casas tradicionais.

Inicialmente, a proposta do projeto era ter como base as fichas constantes no Manual de Aplicação do IPHAN “Educação Patrimonial: Inventários participativos” (Rampim, 2016), publicado em 2016, ainda no governo da presidenta Dilma Rousseff. Os modelos de fichas pressupõem que o preenchimento ocorra em conjunto com a comunidade, podendo incluir itens que não constem no modelo ou suprimir os que não contemplem os bens culturais presentes nas casas.

Essas fichas, por sua vez, se dividem em cinco categorias: lugares, objetos, celebrações, formas de expressão e saberes. Todas as categorias compartilham, na primeira parte do modelo das fichas, a identificação: nome, imagem, o que é, onde está, períodos importantes, história, significados; avaliação; recomendações. As variações ocorrem na seção “descrição”, quando se analisa mais pormenorizadamente o objeto, celebração etc.

Contudo, na tentativa de construir cada etapa de forma horizontalizada, chegamos à conclusão de que as fichas preestabelecidas não contemplavam as demandas. Destarte, elaboramos, em conjunto com uma das lideranças, Tata Bokulê, responsável pela casa Ábassà D’Angola e uma figura de grande importância e referência para outras casas, um novo modelo de ficha inspirado no manual de aplicação de inventários participativos do IPHAN e no roteiro de entrevista elaborado pela equipe do projeto.

Considerando as diretrizes estabelecidas pelo Manual de Aplicação: “Educação Patrimonial: Inventários Participativos” e o mapeamento realizado por Jefferson Dias, demos início às nossas atividades.

Para tanto, nossa equipe contou com uma coordenadora do projeto, no caso a autora do presente artigo, uma fiscal do projeto Larissa Guimarães antropóloga do IPHAN; cinco assistentes de pesquisa graduandos: quatro do curso de história e um do curso de antropologia, ambos os cursos da UFRR, entre os cinco assistentes⁶, três foram bolsistas e dois voluntários; dois pesquisadores colaboradores voluntários Tiago Siqueira Reis (doutorando em história, Universidade Federal Fluminense - UFF) e Amarildo Ferreira Júnior (professor, Instituto Federal de Roraima - IFRR).

Antes de proceder ao preenchimento das fichas do inventário participativo, também por uma questão de atendimento aos prazos dos empenhos dos recursos do projeto, iniciamos as entrevistas que constituiriam a publicação. Para as entrevistas, a equipe elaborou em conjunto alguns itens que pudessem dar sequência e dinamicidade às narrativas. Por outro lado, optamos por deixar as narrativas livres de modo que os narradores pudessem acrescentar informações que julgassem interessantes e não responder aos itens que julgassem irrelevantes ou que não podiam ser revelados.

Após a realização das entrevistas e das transcrições, as narrativas foram sistematizadas de modo a comporem a publicação da obra “Fé e Resistência...”; em outros termos, a produção da publicação é a materialização de um esforço conjunto de apresentar ao público em geral uma história obscurecida na história de Roraima, a luta e resistência das religiões de matrizes africana e afro-brasileira, a partir de uma abordagem horizontal realizada a muitos pares de mãos. Dessa maneira, buscou-se evidenciar a história

6 Bolsistas: Raíssa Nathana Freitas Batista, Jéssica Carvalho Guimarães e João Lucas Nery Costa. Voluntários: Mariangela Aguiar de Oliveira e Everton da Costa Pimentel.

e constituição de templos de umbanda e candomblé já formados e os que estão em processo de formação a partir da narrativa de suas lideranças, que abriram suas casas e nos receberam com muito carinho e consideração.

Na tentativa de estabelecer uma relação simétrica e democrática, nos colocamos como instrumento que viabilizasse que as histórias das casas fossem contadas por suas lideranças e comunidade, complementando o primeiro esforço de identificação e sistematização das informações a partir das narrativas cedidas, principalmente pelos (as) responsáveis por cada um dos espaços por onde passamos.

As narrativas foram recolhidas através de um roteiro elaborado pela equipe supra-mencionada. Muito embora houvesse um fio condutor, o roteiro exerceu uma função de instigar o diálogo, e não a de um questionário propriamente dito; deste modo, as experiências relatadas tomaram caminhos distintos com interlocutores diferentes, ultrapassando em grande medida os eixos norteadores das conversas, revelando a riqueza e a diversidade da história de cada casa, que confundem-se com a história recente da cidade de Boa Vista e a construção do estado de Roraima, criado em 1988 pela Constituição Federal Brasileira, promulgada no mesmo ano.

As conversas contaram com os seguintes eixos norteadores: qual a tradição ou nação do terreiro/ casa?; pedir para contar a história do terreiro/casa; contar como foi o processo para se tornar mãe/pai de santo?; como a casa/terreiro se organiza, inclusive hierarquicamente (cargos)?; qual o funcionamento (dinâmica interna) do terreiro/casa?; ritos e celebrações (quando, pessoas envolvidas, comida, material etc.); manutenção do terreiro/casa; manutenção dos ritos; diálogo com os poderes públicos (pode ou não ser feita); relação do terreiro/casa com a comunidade; como as crianças e/ou adolescentes iniciados (as) são recebidas na escola e outros espaços?; como os terreiros/casa tratam essa questão?; apontar possibilidades para enfrentar as dificuldades.

Cumprir destacar que, apesar de utilizar usualmente o termo “terreiro”, algumas lideranças preferem o termo “casa” ou “templo”; por isso, sempre estivemos atentos à utilização das nomenclaturas escolhidas pelas comunidades.

A publicação à qual nos referimos como um dos objetivos do projeto está disponível na versão digital (Oliveira et al., 2020) e impressa. O livro foi estruturado em onze capítulos que foram elaborados no intuito de valorizar os depoimentos compilados nas conversas, sendo cada um deles referente a uma casa específica e dispostos em ordem alfabética: Ábassà D’Angola Táta Bokulê, Ilê Asè D’Ya Kavullekin, Ilê Asé Obá D’Alaguinã, Ilê Asè Omô Erinlè, Ilé Axé Yapá Omimladê, Ilé Asé YèYe Omi Tuntun, Ilé Asé Yewalê Bemy Ti’Yemonja, Oyá Gambele, Templo de Umbanda Ogum Yara, Terreiro de São Jorge, Terreiro Ogum de Ronda.

As entrevistas nos possibilitaram perceber algumas demandas comuns a todas as casas, quais sejam, a regularização jurídica, principalmente para a segurança de exercer a religião – como o toque do tambor a noite sem que haja intervenção da polícia, por exemplo – e usufruir de direitos como isenção de alguns tributos, como ocorre nos casos das igrejas. Ou seja, o reconhecimento formal do templo religioso e do exercício da religião em segurança. Outra dificuldade encontrada, no que concerne à regularização e as legislações em níveis federais e estaduais, se refere à compra de animais para o abate ritual, questão basilar para o candomblé.

Somadas às questões para o funcionamento em segurança das religiões, nas narrativas foram relatadas recorrentemente situações relacionadas à discriminação e intolerância. Parte da equipe pôde vivenciar com certa proximidade um caso de intolerância: durante uma festa em um dos terreiros de umbanda, o vizinho colocou uma caixa de som com músicas do gênero gospel em alto volume com a intenção de abafar o toque dos tambores, situação que foi logo resolvida, porém, que não deixa de configurar um ato de intolerância.

Infelizmente, esses casos não são raros, como no caso relatado por Nelcy Leon Ladislau, uma outra liderança, que, após o evento em uma casa ao tomar um táxi lotação, teve que pagar a corrida inteira até o destino, porque outros passageiros se recusavam a entrar no carro com ela toda paramentada (Oliveira et al., 2020, p. 113).

As situações de preconceito atingem inclusive as crianças no ambiente escolar, porque grande parte das escolas, lamentavelmente, não estão preparadas para a diversidade. Foram relatados casos de crianças que não puderam entrar na escola porque estavam com a roupa relativa ao período de iniciação, e não o uniforme escolar. Há casos também de *bullying* entre os colegas, quando a criança da religião vai à escola com a cabeça raspada.

Para finalizar, tratando das novas gerações, há um preconceito seríssimo com relação à iniciação de crianças no candomblé, para ilustrar podemos mencionar um caso em que a polícia e o conselho tutelar foram acionados por um denunciante que alegou que a criança estava sofrendo maus tratos e estava em cárcere privado, devido à iniciação no ronco⁷, como no caso relatado por Delmiro Freitas (Oliveira et al., 2020, p. 92). Os pais da criança e o pai de santo esclareceram a situação. Sem embargo, isso revela o quanto as religiões são mal compreendidas por uma parcela significativa da população boa-vistense, o que reforça a importância do trabalho de valorização e visibilização das religiões de matriz africana e afro-brasileira⁸.

Considerações finais

Para finalizar, o recorte espacial de todos os trabalhos sobre Roraima circunscreve-se à cidade de Boa Vista, e a ampla maioria alicerça-se em relatos orais para empreender sua investigação. Pontualmente, é nesse sentido que pensamos que os historiadores podem e devem se debruçar sobre a temática, lançando mão das possibilidades analíticas a história do tempo presente e da história oral, com enorme capacidade de aprofundar teórico-metodologicamente tal tema.

A história poderia, portanto, dar seu contributo para as análises que vêm sendo realizadas em outras áreas do conhecimento, principalmente, porque, como já mostramos, o tempo presente não é um impeditivo para o historiador, mas mais uma possibilidade, com potencialidades e limites, como ocorre em quaisquer outras áreas.

7 Espaço sagrado onde ficam recolhidos os iniciados no candomblé.

8 Todas as situações que citamos aqui fazem parte do livro *Fé e Resistência* (Oliveira et al., 2020).

Assim, reforçamos o nosso convite para que os historiadores, valendo-se de conhecimentos multidisciplinares, da história do tempo presente e da história oral, mergulhem nesse campo que permanece em aberto e apresentem a temática na sua historicidade e densidade que a área oferece aos seus objetos de pesquisa.

Referências

ARAÚJO, Kristiane Alves. Concepção de saúde-doença-cuidado relacionada às práticas do candomblé em Boa Vista. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Roraima. Boa Vista, 2013.

BÉDARIDA, François. Definición, método y práctica de la Historia del Tiempo Presente. Cuadernos de Historia Contemporánea, n. 20, pp. 19-27, 1998.

BRAGA, Ana Filomena Barroso. Identidade Afro-brasileira a partir da transmissão oral dos mestres de capoeira de Boa Vista, Roraima. 2010. 92 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Curso de Ciências Sociais - Habilitação em Antropologia da Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, Roraima, 2010.

Braga, Ana Paula Araújo. Afro-guianenses em Boa Vista: língua, religião e arte. 2015. 121 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteira, Boa Vista, RR, 2015.

CORDEIRO, Remisson Wesley Nobre. Catar Folhas... E quando cai: Trajetória de vida de uma mãe de santo de Boa Vista, RR. Trabalho de conclusão de Curso. Universidade Federal de Roraima. Boa Vista, 2018.

CRUZ, Gercina Rodrigues da. Impactos socioambientais e econômicos da usina hidrelétrica de Marabá-PA (2014-2016) na comunidade da Ilha de São Vicente-TO. 2017. 160 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteira, Boa Vista, RR, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). População no último censo [2010]: 450.479 habitantes; Densidade demográfica: 2,01 hab/km². Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/panorama>. Acesso em: 17 mar. 2020.

JOUTARD, Philippe. Desafios à história oral do século XXI. In: FERREIRA, M. M.; FERNANDES, T. M.; ALBERTI, V. História Oral desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000.

LIMA, Kézia Wandressa da C. A presença negra na capitania do Rio Negro na Amazônia colonial. 2018. 106 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteira, Boa Vista, RR, 2018.

LOURENÇO, Izaulina Videira Ramos. “Filhos da África na UFRR”: vivências e experiências dos estudantes PEC-G. 2016. 98 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteira, Boa Vista, RR, 2016.

- MARQUES, José da Guia. Reviravolta Identitária: um estudo sobre o processo de reconhecimento de Bastiões, Iracema-CE. 2019. 99 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Roraima, Boa Vista-RR, 2019.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Desafios da História Oral Latino-Americana: o caso do Brasil. In: FERREIRA, M. M.; FERNANDES, T. M.; ALBERTI, V. História Oral desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- OLIVEIRA, Cristina Nascimento. Discursos do Sagrado: o uso estratégico da linguagem em práticas do candomblé. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Roraima. Boa Vista, 2012.
- OLIVEIRA, Monalisa Pavonne et al. Fé e resistência: religiões de matrizes africana e afro-brasileira em Boa Vista/RR. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.
- PADRÓS, Enrique Serra. Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do Tempo Presente. Anos 90, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, pp. 199-223, jan./dez. 2004.
- PORTELLI, Alessandro. Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. In: FERREIRA, M. M.; FERNANDES, T. M.; ALBERTI, V. História Oral desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- PRATES, Marco. As capitais mais (e menos) evangélicas do Brasil: entre uma capital e outra do país, a presença de evangélicos chega a quadruplicar: Assembleia de Deus lidera segmento. Exame, Brasil, 27 fev. 2013 (última alteração em 13 set. 2016). Disponível em: <https://exame.com/brasil/as-capitais-mais-e-menos-evangelicas-do-brasil/>. Acesso em: 15 abr. 2020.
- RAMPIM, Sônia Regina et al. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação. Brasília-DF, 2016.
- REIS, Tiago Siqueira et al. (Org.). Coleção História do Tempo Presente: Volume 1. Boa Vista: Editora da UFRR, 2019.
- REIS, Tiago Siqueira et al. (Org.). Coleção História do Tempo Presente: Volumes 2 e 3. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.
- REZENDE, Livia Lima. Pretos-Velhos: o sagrado e o mágico na encruzilhada das religiões. Revista Faces de Clio, v. 6, n. 3, jul./dez. 2017, pp. 174-197.
- SALLES, Vicente. O negro no Pará. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, Universidade Federal do Pará, 1971.
- SANTOS, Alexandre P. dos. Ogã, o poder está em suas mãos. A relação dos ogãs com as entidades espirituais de duas casas de candomblé em Boa Vista, Roraima. Trabalho de conclusão de Curso. Universidade Federal de Roraima. Boa Vista, 2018.

SANTOS, Mávera Teixeira dos. Educação escolar indígena: uma reflexão a partir do método indutivo intercultural em comunidades indígenas de Roraima. 2019. 106 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós-Graduação em Sociedade e fronteira, Boa Vista, RR, 2018.

TARGINO, David Dantas. “É assim que se aprende no santo ...”: uma análise sobre transmissão de conhecimentos no terreiro de matriz afro-brasileira ylê axé yapa omi.mladê em Boa Vista-RR. Boa Vista, 2018. 210 f. Dissertação (mestrado)- Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós-Graduação em Sociedade e fronteira, Boa Vista, RR, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA (UFRR). Curso de Ciências Sociais (CCS). 2020b. Disponível em: http://ufr.br/csociais/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=19&Itemid=282. Acesso em: 28 abr. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA (UFRR). Curso de História. 2020a. Disponível em: http://ufr.br/historia/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=4&Itemid=204. Acesso em: 13 mar. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM). Programa de Pós-Graduação em História (PPGH). Portal do PPGH, 2020. Disponível em: <https://www.ppgh.ufam.edu.br/>. Acesso em: 17 mar. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARÁ (UFPA). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História da UFPA. 2020. Disponível em: <http://pphist.propesp.ufpa.br/index.php/br/>. Acesso em: 17 mar. 2020.

Recebido em: 23/05/2020

Aprovado em: 15/03/2021

Conflito de interesses: Não declarado pela autora.

Este artigo foi avaliado e aceito por dois pareceristas diferentes.

Editor: Antonio Genivaldo C. de Oliveira